

# MEMÓRIAS NOMEADAS: A PRESENÇA DA CULTURA DOMINANTE NA TOPONÍMIA DE CACHOEIRA DE GOIÁS

NAMED MEMORIES: THE PRESENCE OF DOMINANT CULTURE IN THE  
TOPONYMY OF CACHOEIRA DE GOIÁS

Linguística & Letras e Artes • 22/03/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/774227747](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/774227747)

Miliane Karen Silveira e Souza

## **RESUMO**

Este artigo analisa como a toponímia de Cachoeira de Goiás expressa a presença da cultura dominante na formação histórica do município. Partindo de referenciais teóricos sobre memória coletiva, identidade cultural e poder simbólico (HALBWACHS, 1990; HALL, 2006; SANTOS, 1996; DICK, 1990), investigam-se elementos coloniais, religiosos e eurocêntricos que marcam a nomeação dos espaços. Utilizou-se abordagem qualitativa, com levantamento documental, cartográfico e entrevistas orais. Os resultados revelam predominância de nomes religiosos e coloniais associados à herança portuguesa, coexistindo com traços indígenas, naturais e populares que representam resistências culturais e processos de hibridização. A análise demonstra que os topônimos funcionam como marcas da disputa simbólica pelo espaço e como mecanismos de preservação (ou silenciamento) de memórias coletivas.

**Palavras-chave:** Toponímia; Cultura dominante; Memória coletiva; Identidade.

## **ABSTRACT**

This article analyzes how the toponymy of Cachoeira de Goiás reflects the presence of dominant culture in the historical formation of the municipality. Based on theoretical approaches to collective memory, cultural identity and symbolic power (HALBWACHS, 1990; HALL, 2006; SANTOS, 1996; DICK, 1990), the study investigates colonial, religious and Eurocentric elements that shaped place names. A qualitative methodology was applied, using documentary and cartographic analysis, as well as oral interviews. The results indicate a predominance of religious and colonial toponyms related to Portuguese heritage, while indigenous, natural and popular names reveal cultural resistance and hybridization. The study shows that toponyms are symbolic markers of memory, identity and power

within territorial disputes.

**Keywords:** Toponymy; Dominant culture; Collective memory; Identity.

## 1. INTRODUÇÃO

Os nomes de lugares constituem importantes instrumentos de registro da memória social e das disputas simbólicas que atravessam a formação dos territórios. Como afirma Dick (1990), os topônimos funcionam como signos linguísticos que preservam heranças históricas, ideológicas e culturais das comunidades. Assim, a toponímia não é apenas um sistema de identificação geográfica, mas também um campo de poder, discurso e identidade.

No contexto brasileiro, marcado pela colonização portuguesa e pela forte presença da religiosidade cristã, muitos espaços foram nomeados como forma de legitimar a expansão territorial e consolidar valores eurocêntricos. Milton Santos (1996) destaca que nomear um espaço é exercer domínio sobre ele, atribuindo-lhe sentidos culturais específicos. Em Cachoeira de Goiás, esses processos estão intimamente ligados à formação histórica do município, onde nomes de santos, referências bíblicas e elementos coloniais compõem grande parte da paisagem toponímica.

Ao mesmo tempo, como defendem Bhabha (1998) e Canclini (2005), a identidade cultural é atravessada por hibridismos e resistências. Assim, topônimos de origem indígena, popular ou ligados ao ambiente natural revelam outras narrativas que coexistem com a imposição da cultura dominante. O presente estudo busca compreender essas camadas simbólicas, analisando como a

toponímia de Cachoeira de Goiás expressa memórias, identidades e relações de poder.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A toponímia, enquanto área de estudo pertencente à onomástica, constitui-se como um importante instrumento para a compreensão das relações entre linguagem, memória e cultura. Segundo Dick (1990), os nomes de lugares não são meras etiquetas linguísticas, mas signos carregados de significação histórica e ideológica capazes de revelar modos de ocupação, experiências coletivas e formas de organização social. Desse modo, os topônimos configuram-se como vestígios materiais e simbólicos da interação entre grupos sociais e seus territórios, funcionando como marcas permanentes da trajetória cultural de uma comunidade.

A memória presente nos nomes geográficos é entendida, assim, como parte da memória coletiva, conceito amplamente discutido por Halbwachs (1990). Para o autor, a memória não é individual, mas construída socialmente por meio das relações e práticas compartilhadas pelos grupos. Logo, os topônimos expressam aquilo que determinada comunidade decidiu preservar como lembrança legítima — seja por imposição, seja por consenso. A seleção de certos nomes, em detrimento de outros, revela processos de valorização e silenciamento de narrativas, indicando quais identidades e histórias foram priorizadas na formação do espaço.

Dentro dessa perspectiva, a nomeação dos lugares constitui um ato de poder. Milton Santos (1996) destaca que atribuir nomes ao espaço é um gesto de apropriação simbólica que condiciona sua interpretação, delimita suas funções e estabelece identidades

hegemônicas. No contexto brasileiro, fortemente influenciado pela colonização europeia, essa prática se manifesta na adoção de nomes religiosos, referências a figuras do colonizador e nomenclaturas que reproduzem concepções eurocêntricas de mundo. Assim, a toponímia torna-se parte integrante do processo colonial, funcionando como instrumento de legitimação da ordem dominante e de reconfiguração das territorialidades originárias.

A partir das discussões de Hall (2006), compreende-se que a identidade cultural não é estática, mas construída e negociada constantemente mediante relações de poder. Dessa forma, a toponímia pode ser analisada como um campo de disputas simbólicas, no qual diferentes grupos tentam afirmar seus significados e memórias. Em muitos municípios brasileiros, como Cachoeira de Goiás, nomes vinculados ao catolicismo e à colonização convivem com denominações populares, naturais e indígenas, que representam outras matrizes identitárias presentes no território, ainda que frequentemente marginalizadas pelos discursos oficiais.

Nesse debate, tornam-se fundamentais os aportes teóricos de Bhabha (1998) e Canclini (2005), que abordam os processos de hibridização e transculturalidade. Segundo esses autores, as culturas não são entidades puras, mas resultantes de encontros, conflitos e interações que produzem novas formas de expressão. Assim, topônimos que mesclam elementos religiosos, naturais ou indígenas evidenciam transformações culturais e reinterpretam as narrativas dominantes. Na toponímia, essas hibridizações revelam tanto mecanismos de resistência quanto adaptações simbólicas que fortalecem identidades locais.

A discussão sobre os lugares de memória, desenvolvida por Nora (1993), contribui para compreender a relevância da toponímia como patrimônio imaterial. Para o autor, lugares de memória são dispositivos simbólicos que permitem fixar lembranças em momentos em que a tradição e a experiência direta já não são suficientes para manter viva a identidade de um grupo. Assim, os nomes geográficos funcionam como espaços simbólicos que registram acontecimentos, crenças e valores coletivos, atuando como referência para a construção da história local.

Autores como Oliveira (2009) destacam que a apropriação do espaço e a imposição de nomes estão associadas às estruturas políticas e econômicas de formação do território brasileiro. Os topônimos revelam, assim, não apenas processos culturais, mas também relações de propriedade, organização produtiva, influência de elites locais e disputas socioambientais. Em Cachoeira de Goiás, a análise de nomes ligados a fazendas, famílias influentes e acidentes geográficos evidencia como o espaço foi ressignificado ao longo do tempo por diferentes agentes sociais.

Dessa forma, a fundamentação teórica aqui apresentada sustenta a compreensão de que a toponímia é uma prática carregada de intencionalidade, memória e poder. A partir da articulação entre os autores citados, torna-se possível interpretar os nomes de lugares de Cachoeira de Goiás como resultados de disputas culturais, heranças coloniais e manifestações de resistência simbólica, firmando-se como elementos essenciais para a compreensão da identidade e da história do município.

## **2.1. Toponímia, Memória e Poder**

A relação entre toponímia, memória e poder constitui um dos eixos centrais para compreender como os nomes de lugares se tornam marcas simbólicas de processos históricos e culturais. A toponímia, entendida como o estudo linguístico e cultural dos nomes geográficos, ultrapassa a função meramente identificadora e revela modos de ocupação, hierarquias sociais, crenças e disputas simbólicas que atravessam o território. Conforme afirma Dick (1990), os topônimos funcionam como signos linguísticos carregados de intencionalidade, preservando registros de experiências sociais e ideológicas de grupos que participaram da formação dos espaços.

Nesse sentido, a nomeação dos lugares está intrinsecamente ligada à memória coletiva, conceito amplamente explorado por Halbwachs (1990). Para o autor, a memória não é fruto apenas da lembrança individual, mas resulta de construções sociais que selecionam, organizam e legitimam determinados aspectos do passado. Assim, os nomes geográficos tornam-se dispositivos de fixação de memórias, pois cristalizam visões de mundo de grupos que, em determinado momento histórico, detiveram poder para instituí-los. O ato de nomear, portanto, define quais histórias permanecem visíveis e quais são silenciadas com o passar do tempo.

A dimensão do poder é igualmente fundamental nesse processo. A nomeação dos espaços não ocorre de forma neutra, como observa Santos (1996), mas representa uma forma de apropriação simbólica do território. Quando um grupo social atribui nomes a rios, montanhas, bairros ou cidades, ele não apenas organiza o espaço geograficamente, mas imprime nele sua identidade, seus valores e sua ideologia. No caso brasileiro, a forte influência da colonização portuguesa e da religiosidade cristã deixou marcas profundas na toponímia, evidenciadas na recorrência de nomes de santos,

referências bíblicas e homenagens a figuras coloniais. Esses nomes reforçam narrativas hegemônicas que legitimam a presença europeia e cristã como fundadora da sociedade brasileira.

No entanto, como lembra Hall (2006), a identidade cultural é sempre um território de disputa e negociação. Ainda que os grupos dominantes tenham exercido maior controle sobre os processos de nomeação, outras matrizes culturais — indígenas, africanas, populares e rurais — continuam presentes, seja por meio de topônimos que resistiram ao processo colonial, seja por meio de reinterpretações populares que resignificaram nomes oficiais ao longo do tempo. Assim, a toponímia pode tanto reforçar a cultura dominante quanto expressar memórias alternativas e manifestações de resistência simbólica.

Autores como Bhabha (1998) e Canclini (2005) contribuem para compreender a toponímia como espaço onde se manifestam processos de hibridização cultural, nos quais identidades distintas se entrelaçam e produzem novos significados. Em muitos municípios brasileiros, nomes que combinam referências religiosas e elementos naturais ou indígenas revelam a interação entre diferentes tradições e modos de viver o território. Esses topônimos híbridos não apenas evidenciam o encontro entre culturas, mas também demonstram que as comunidades locais reinterpretem e adaptam os nomes de acordo com suas vivências e práticas culturais.

O estudo da relação entre toponímia, memória e poder permite compreender que os nomes de lugares são elementos-chave na construção da identidade territorial. Eles funcionam como documentos vivos da história de um povo, ao mesmo tempo em que podem revelar silenciamentos, exclusões e disputas que moldaram o

processo de formação das paisagens culturais. Em Cachoeira de Goiás, essa relação manifesta-se claramente na sobreposição de nomes religiosos e coloniais sobre territórios anteriormente ocupados ou nomeados por populações indígenas, bem como na permanência de nomes populares e naturais que resistem ao apagamento histórico. Dessa forma, analisar a toponímia local é também investigar as múltiplas vozes — hegemônicas e subalternas — que constituem a memória social do município.

## **2.2. Identidade Cultural, Hibridização e Transculturalidade na Nomeação dos Espaços**

A compreensão da toponímia como expressão de cultura exige reconhecer que os nomes de lugares são produzidos em contextos socioculturais dinâmicos, marcados por disputas identitárias, contatos culturais e processos de transformação. Nesse sentido, a identidade cultural não é fixa nem homogênea; ao contrário, constitui-se como um processo contínuo de negociação, marcado por tensões entre tradições, rupturas e influências externas. Hall (2006) ressalta que as identidades são construídas historicamente e socialmente, sendo moldadas por relações de poder e por práticas discursivas que definem quais memórias e símbolos serão legitimados no espaço público. Desse modo, a análise dos topônimos exige reconhecer que cada nome carrega consigo uma visão de mundo que reflete valores, ideologias e experiências coletivas.

No contexto brasileiro, essa complexidade torna-se ainda mais evidente devido à coexistência de diferentes matrizes culturais — indígenas, africanas, europeias e populares — que interagiram de maneira desigual no processo de formação territorial. Em muitos

casos, a cultura dominante impôs nomes vinculados à colonização portuguesa e à religião cristã, apagando ou substituindo nomeações indígenas e tradicionais. Entretanto, como observa Bhabha (1998), a cultura não se resume a imposições rígidas; ela é atravessada por zonas de contato onde emergem formas híbridas de expressão. Essas formas híbridas aparecem na toponímia por meio de nomes que combinam referências indígenas, naturais e religiosas, revelando a maneira como diferentes grupos sociais reinterpretem e apropriam-se do espaço.

Essa perspectiva é aprofundada por Canclini (2005), que discute a hibridização cultural como estratégia de convivência e criação simbólica em sociedades marcadas pela mistura. Para o autor, práticas culturais híbridas surgem não apenas da fusão de elementos distintos, mas também das negociações e ressignificações que grupos sociais desenvolvem diante de contextos de dominação ou contato intercultural. Aplicada à toponímia, essa abordagem permite compreender por que muitos nomes de lugares resultam de adaptações populares, transformações fonéticas ou ressignificações simbólicas que vão muito além da nomeação original imposta pelos colonizadores.

Além da hibridização, o conceito de transculturalidade, discutido por Ortiz (1996) e ampliado por Canclini (2005), contribui para compreender como elementos culturais circulam, são apropriados e transformados em diferentes contextos. Na toponímia, isso se manifesta quando nomes originariamente religiosos passam a adquirir significados locais, quando topônimos indígenas são reinterpretados pela população ao longo do tempo, ou quando nomes coloniais são ressignificados pelos moradores para expressar novas identidades e práticas culturais. Esse movimento demonstra

que a cultura dominante não se mantém de forma absoluta, sendo constantemente atravessada por práticas cotidianas de adaptação e resistência.

Somado a isso, a transculturalidade evidencia que os espaços não são apenas suportes físicos, mas também cenários de interação simbólica onde diferentes grupos projetam suas memórias e identidades. Nora (1993) argumenta que os lugares — e seus nomes — tornam-se “lugares de memória” quando carregam significados coletivos que ultrapassam a materialidade. A toponímia de Cachoeira de Goiás, ao incorporar elementos religiosos, coloniais, naturais, indígenas e híbridos, torna-se um reflexo dessas múltiplas camadas identitárias, revelando o modo como o município se constituiu culturalmente ao longo dos séculos.

Assim, o estudo dos processos de identidade, hibridização e transculturalidade permite compreender que a toponímia é um fenômeno histórico e cultural complexo, no qual diferentes vozes e tradições se entrecruzam. Mais do que simples palavras no mapa, os nomes de lugares representam sínteses de disputas culturais, imposições coloniais, resistências simbólicas e reinvenções coletivas que compõem o mosaico identitário de Cachoeira de Goiás.

### **2.3. Lugares de Memória, Territorialidade e Construção Simbólica do Espaço**

A compreensão da toponímia como expressão cultural exige reconhecer sua relação direta com a construção simbólica do território. Os nomes de lugares não são apenas marcas geográficas: são também suportes de memória, narrativas e identidades que se fixam no espaço. Pierre Nora (1993) denomina esses elementos de

lugares de memória, entendendo-os como pontos nos quais a história e a identidade coletiva se ancoram quando a vivência direta do passado já não é suficiente para sustentá-la. Nesse sentido, os topônimos funcionam como depósitos simbólicos que condensam experiências sociais, crenças, conflitos e heranças culturais, tornando-se documentos vivos da trajetória histórica de uma comunidade.

A territorialidade, entendida segundo Raffestin (1993) como o conjunto de relações simbólicas e materiais que os grupos humanos estabelecem com o espaço, é fundamental para compreender como esses nomes se formam e se mantêm ao longo do tempo. A nomeação dos lugares é uma manifestação concreta da territorialidade, pois expressa a maneira como os habitantes atribuem sentidos ao espaço, estabelecem pertencimento e constroem fronteiras identitárias. Assim, os topônimos de Cachoeira de Goiás não apenas indicam a localização geográfica de rios, fazendas ou bairros, mas também revelam as relações socioeconômicas, culturais e afetivas entre a população e o território.

Segundo Oliveira (2009), o processo de formação do território brasileiro foi profundamente marcado por relações de poder, sobretudo no período colonial, quando autoridades políticas e religiosas impuseram nomes que refletiam seus interesses e valores. Essa prática contribuiu para a consolidação de uma paisagem toponímica eurocêntrica, que privilegiou referências cristãs, lusitanas e coloniais. Ao mesmo tempo, esse processo resultou no apagamento ou marginalização de nomeações indígenas e populares, que representavam outras formas de vivência e organização territorial. Essa dinâmica evidencia, portanto, como a

toponímia se insere em uma disputa simbólica que envolve dominação, resistência e subalternização.

Contudo, apesar dessa hegemonia, é importante reconhecer que o território é um espaço de múltiplas camadas, onde diferentes memórias coexistem e muitas vezes se sobrepõem. Como observa Nora (1993), os lugares de memória não são estáticos; eles sobrevivem justamente porque são ressignificados de acordo com as experiências e necessidades das gerações que os habitam. Dessa maneira, muitos topônimos populares e naturais presentes em Cachoeira de Goiás refletem memórias vividas e compartilhadas pelas comunidades locais, independentemente da narrativa dominante institucionalizada. São nomes que surgiram de acontecimentos cotidianos, características ambientais, histórias populares ou vivências comunitárias, e que permanecem como registros da identidade local.

O território pode ser visto como uma arena na qual diferentes grupos disputam a legitimidade de suas narrativas e memórias. Hall (2006) reforça que a identidade é um campo de disputas e que as práticas simbólicas — como nomear — revelam quais vozes são ouvidas e quais são silenciadas. Assim, analisar a toponímia de Cachoeira de Goiás à luz da teoria dos lugares de memória permite identificar tensões entre a cultura dominante e as memórias subalternas, bem como compreender como certas narrativas se consolidaram, enquanto outras foram esquecidas ou transformadas.

Dessa forma, a relação entre toponímia, lugares de memória e territorialidade demonstra que os nomes de lugares não podem ser interpretados apenas como dados cartográficos, mas como representações simbólicas que expressam as múltiplas identidades

que se entrelaçam na constituição do espaço. Em Cachoeira de Goiás, essa dinâmica torna-se evidente ao observar a coexistência de topônimos coloniais, religiosos, indígenas e populares, que revelam a complexidade do processo histórico de formação do município e a pluralidade de memórias que o constituem.

#### **2.4. Colonialidade, Silenciamentos e Disputas Simbólicas na Toponímia**

A análise da toponímia sob a perspectiva da colonialidade permite compreender como os processos históricos de dominação deixaram marcas profundas nos nomes de lugares e nas formas de representação do território. A colonialidade, conforme discutem Quijano (2005) e Mignolo (2010), refere-se à permanência de estruturas de poder, conhecimento e ser herdadas do colonialismo, que continuam operando mesmo após o fim formal da dominação política. No campo da toponímia, isso se manifesta quando espaços são nomeados segundo padrões culturais europeus, apagando ou substituindo denominações indígenas, africanas ou populares que expressavam modos de vida, espiritualidades e territorialidades próprias.

Durante o processo de colonização do Brasil, a imposição de nomes cristãos e portugueses foi uma prática recorrente, utilizada como instrumento de controle e de legitimação do domínio sobre o território. Essa imposição não se limitou à substituição de nomes indígenas — muitos dos quais carregavam significados profundos sobre fauna, flora, hidrografia e cosmologias originárias —, mas também à reconfiguração simbólica dos espaços, tornando-os compatíveis com a lógica europeizante. Como afirma Santos (1996), nomear é um gesto de apropriação simbólica, por meio do qual um

grupo imprime seus valores e sua visão de mundo sobre o espaço, muitas vezes anulando ou subalternizando outras formas de existência.

Esse processo de apagamento é observado em diversos municípios brasileiros, incluindo Cachoeira de Goiás, onde topônimos relacionados à cristandade e à tradição portuguesa se sobrepuseram a referências indígenas e ambientais que provavelmente existiram antes da formação oficial do município. Halbwachs (1990) reforça que a memória coletiva é seletiva e moldada pelos grupos dominantes; assim, quando certos nomes são impostos, outras memórias são silenciadas ou relegadas ao esquecimento. Esse silenciamento, entretanto, não significa desaparecimento total: vestígios dessas memórias podem sobreviver na oralidade, em pequenas variações fonéticas, ou na permanência de topônimos naturais que não foram substituídos.

Além da colonialidade, a toponímia é marcada por disputas simbólicas, nas quais diferentes grupos sociais buscam legitimar suas identidades, tradições e narrativas. Hall (2006) enfatiza que as identidades são construídas no embate entre discursos hegemônicos e contra-hegemônicos; aplicado à toponímia, isso significa que os nomes são continuamente disputados por instituições religiosas, políticas, famílias influentes e comunidades locais. Em Cachoeira de Goiás, essa disputa pode ser percebida na coexistência de topônimos oficiais — presentes em mapas, documentos administrativos e registros formais — e topônimos populares, utilizados informalmente pela população para designar ruas, fazendas e acidentes geográficos.

A permanência de nomes populares, mesmo quando não oficializados, revela a resistência simbólica das comunidades e a capacidade de reapropriação do território. Para Canclini (2005), essas práticas configuram formas de hibridização cultural, pelas quais grupos sociais reinterpretem e transformam elementos impostos pela cultura dominante. A transculturalidade observada na toponímia demonstra que, mesmo em contextos de colonialidade, os sujeitos locais encontram maneiras de preservar suas memórias e produzir novos significados para o espaço que habitam.

Outro aspecto importante é que a colonialidade não atua apenas na imposição de nomes, mas também no processo de valorização ou desvalorização dos topônimos. Nomes indígenas ou populares, por exemplo, são frequentemente estigmatizados ou considerados “menos adequados”, o que incentiva sua substituição por nomes de figuras políticas, autoridades religiosas ou eventos associados à narrativa dominante. Esse processo evidencia o que Quijano (2005) define como hierarquização cultural, na qual determinadas expressões são consideradas superiores e outras, inferiores.

Assim, compreender a colonialidade na toponímia é essencial para reconhecer que os nomes de lugares são parte de uma estrutura maior de dominação simbólica que atua sobre o território e as identidades. Em Cachoeira de Goiás, os silenciamentos e disputas simbólicas revelam a complexidade da formação cultural e histórica do município, marcada pela imposição colonial, mas também pela resistência e pela criatividade das populações locais. A análise dessa dinâmica permite, portanto, ampliar a compreensão sobre a memória social, a pluralidade identitária e os processos de construção cultural presentes no espaço geográfico.

## **2.5. Toponímia Como Patrimônio Cultural e Instrumento de Preservação da Identidade Local**

A toponímia, além de sua função linguística e geográfica, constitui um importante elemento do patrimônio cultural imaterial de uma comunidade. Segundo a UNESCO (2003), o patrimônio imaterial engloba práticas, saberes, expressões e elementos simbólicos que definem a identidade de um povo e garantem a continuidade de suas tradições. Nesse sentido, os nomes de lugares devem ser compreendidos como parte essencial dessas práticas culturais, pois se relacionam diretamente às experiências históricas, aos modos de vida e às memórias coletivas de gerações que habitaram determinado território. A toponímia, portanto, não é apenas um registro técnico, mas um componente significativo da herança cultural de uma localidade.

A visão de patrimônio associada à toponímia reforça o entendimento de que os nomes preservam narrativas que, muitas vezes, não se encontram documentadas em arquivos escritos, mas sobrevivem através da oralidade e da memória social. Halbwachs (1990) destaca que a memória coletiva se constrói a partir das vivências compartilhadas por um grupo, e a nomeação de espaços desempenha papel fundamental nesse processo ao registrar acontecimentos, homenagens, tradições religiosas, paisagens naturais e vínculos afetivos construídos ao longo do tempo. Assim, ao analisar os topônimos de Cachoeira de Goiás, é possível identificar componentes culturais que constituem a identidade local e que refletem formas de sociabilidade próprias da comunidade.

Nessa perspectiva, a toponímia também pode ser vista como um instrumento de resistência cultural, especialmente quando

consideramos topônimos naturais, indígenas e populares que persistem apesar das imposições da cultura dominante. Esses nomes funcionam como testemunhos de memórias alternativas e expressões culturais que sobreviveram ao avanço de projetos coloniais, autoritários ou eurocêntricos. Como defendem Bhabha (1998) e Canclini (2005), a persistência de elementos híbridos e pluriculturais demonstra que as identidades são construídas na negociação e que comunidades locais exercem agência ao preservar, transformar ou ressignificar práticas culturais, inclusive no ato de nomear.

O reconhecimento da toponímia como patrimônio contribui para a valorização da paisagem cultural, conceito defendido por autores como Santos (1996), que compreende o espaço geográfico como resultado de múltiplas interações entre natureza, sociedade e cultura. A paisagem não é apenas física, mas simbólica, e os nomes que a compõem representam camadas de história e de identidades que se sedimentam ao longo do tempo. Preservar a toponímia, portanto, é preservar a própria paisagem cultural, garantindo que as gerações futuras tenham acesso às histórias e significados que moldaram o território.

Outro aspecto relevante é o potencial educativo da toponímia. Estudos toponímicos podem contribuir para o ensino de história local, geografia cultural e identidade regional, aproximando a comunidade de suas próprias raízes e incentivando o reconhecimento do valor de suas memórias. Nora (1993) afirma que os lugares de memória são fundamentais para manter vivas as referências identitárias em sociedades contemporâneas marcadas pela aceleração e pelo esquecimento. A toponímia atua, assim, como uma ferramenta pedagógica que pode fortalecer o

sentimento de pertencimento e promover o engajamento da população com a preservação de seu patrimônio.

Por fim, considerar os topônimos como patrimônio cultural implica reconhecer a necessidade de políticas públicas que protejam e valorizem essas manifestações. Em municípios como Cachoeira de Goiás, onde grande parte da memória local é transmitida oralmente, a documentação e o estudo sistemático da toponímia contribuem para evitar o desaparecimento de saberes tradicionais, de histórias familiares e de referências culturais que estruturaram a vida comunitária. Assim, ao tratar os nomes de lugares como patrimônio, abre-se um caminho para a preservação da identidade local e para o fortalecimento das raízes que dão sentido e continuidade à história do município.

### **3. MATERIAL E MÉTODO**

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo, descritivo e interpretativo, uma vez que busca compreender de que maneira a toponímia de Cachoeira de Goiás expressa processos culturais, relações de poder e memórias coletivas. Segundo Minayo (2001), abordagens qualitativas são adequadas para investigações que envolvem significados, sentidos e construções simbólicas, já que permitem analisar fenômenos em profundidade, considerando seus contextos sociais e históricos. Nesse caso, os nomes de lugares são compreendidos como manifestações linguísticas e culturais que carregam ideologias, narrativas e disputas identitárias, justificando a escolha por uma metodologia que privilegia a interpretação.

A dimensão descritiva da pesquisa se evidencia na necessidade de identificar, registrar e organizar os topônimos existentes no

município. Conforme aponta Dick (1990), a primeira etapa dos estudos toponímicos consiste em reunir dados que permitam reconhecer a origem, a forma linguística e a motivação dos nomes analisados. Desse modo, a coleta sistemática de informações torna-se fundamental para que a posterior análise interpretativa seja consistente e fundamentada. Assim, a descrição não se limita ao levantamento terminológico, mas engloba a contextualização histórica, social e cultural dos termos.

A etapa interpretativa, por sua vez, está alinhada às contribuições de Halbwachs (1990), Hall (2006) e Santos (1996), que compreendem o espaço como expressão de memória e de identidade cultural. Nessa fase, buscou-se compreender os sentidos simbólicos atribuídos aos topônimos, analisando se refletem uma cultura dominante — associada à presença colonial, à religião cristã e à hegemonia europeia — ou se representam manifestações multiculturais, resistências ou formas híbridas de construção identitária. A interpretação dos dados não se restringe à etimologia, mas considera aspectos sociais, históricos e ideológicos envolvidos na escolha desses nomes.

### **3.1. Material**

O corpus da pesquisa foi constituído a partir de diferentes materiais, visando garantir diversidade e confiabilidade das informações coletadas. Utilizaram-se, inicialmente, mapas e documentos oficiais do município de Cachoeira de Goiás, incluindo plantas urbanas, cadastros de propriedades rurais e registros administrativos, que permitiram identificar a nomeação formal de bairros, fazendas, córregos e demais referências geográficas. Esses materiais foram

obtidos em órgãos públicos locais, como a Prefeitura Municipal e arquivos históricos do município.

Também foram consultados documentos religiosos, tais como livros de batismo, registros paroquiais e escritos referentes às festas de santos padroeiros, pois, conforme argumenta Santos (1996), a religiosidade cristã desempenhou papel central na nomeação de lugares durante o período colonial. Esses registros permitiram compreender a influência da Igreja Católica na formação toponímica local, especialmente no que diz respeito à consagração de espaços a santos e figuras religiosas.

Além das fontes documentais, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com moradores antigos, trabalhadores rurais e lideranças comunitárias. As entrevistas buscaram esclarecer a origem popular de alguns nomes, interpretar significados atribuídos pela comunidade e registrar memórias locais que não constam em documentos oficiais. A abordagem oral fundamenta-se no conceito de memória coletiva de Halbwachs (1990), permitindo acessar versões da história que são transmitidas pela tradição e pelo cotidiano.

Compôs o material da pesquisa uma ampla bibliografia teórica envolvendo autores das áreas de toponímia, memória, cultura e identidade (DICK, 1990; HALBWACHS, 1990; HALL, 2006; CANCLINI, 2005; BHABHA, 1998; SANTOS, 1996; NORA, 1993), que serviram de base para analisar os dados coletados à luz de referenciais científicos consolidados.

### **3.2. Método**

O método utilizado baseou-se em três etapas principais: levantamento, classificação e análise dos topônimos. A primeira etapa consistiu no levantamento toponímico, no qual foram identificados todos os nomes presentes nos documentos, mapas e relatos orais. Conforme orienta Dick (1990), essa etapa deve ser criteriosa, registrando não apenas o nome, mas também sua localização, forma linguística e possíveis variações. Esse procedimento permitiu construir um inventário inicial da toponímia de Cachoeira de Goiás.

Após a coleta, procedeu-se à classificação dos topônimos, seguindo a tipologia proposta por Dick (1990), que categoriza os nomes a partir de sua motivação semântica, como topônimos naturais, religiosos, históricos, indígenas, populares ou híbridos. Essa classificação possibilitou identificar padrões recorrentes na nomeação dos espaços, além de evidenciar qual matriz cultural exerceu maior influência nos diferentes períodos da formação territorial do município.

A terceira etapa consistiu na análise interpretativa, apoiada nos referenciais teóricos discutidos anteriormente. Buscou-se compreender como os topônimos refletem práticas culturais, relações de poder e processos de construção identitária. A partir de autores como Hall (2006) e Bhabha (1998), investigou-se a presença de indícios de transculturalidade e hibridismo, bem como possíveis resistências à cultura dominante. Com base em Halbwachs (1990) e Nora (1993), analisaram-se também os topônimos como lugares de memória, evidenciando como determinados nomes preservam histórias significativas para a comunidade.

Por fim, realizou-se um cruzamento dos dados obtidos nas diferentes fontes, buscando garantir rigor e consistência na interpretação. Esse cruzamento permitiu identificar correspondências e divergências entre registros oficiais, memórias orais e informações históricas, fortalecendo a validade dos resultados. Assim, o método adotado possibilitou uma compreensão ampla e aprofundada da toponímia de Cachoeira de Goiás, articulando memória, cultura e território.

#### **4. RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS**

A análise dos dados evidenciou que a toponímia de Cachoeira de Goiás é fortemente marcada pela presença da cultura dominante, especialmente a colonial e a religiosa, o que confirma as discussões de Santos (1996) acerca da nomeação como prática de poder e de apropriação simbólica do espaço. Ao examinar os topônimos identificados no levantamento documental e nas entrevistas, observou-se uma predominância expressiva de nomes ligados à tradição cristã, como invocações de santos, títulos marianos e referências a práticas religiosas. Esses nomes, herdados do período de colonização portuguesa, revelam a centralidade da Igreja Católica na construção da identidade territorial e reforçam os valores culturais eurocêntricos que orientaram a ocupação inicial da região.

A presença de topônimos religiosos remete também à discussão de Halbwachs (1990) sobre a memória coletiva, pois mostra como a comunidade local naturalizou esses nomes como parte constitutiva de sua história. Muitos moradores entrevistados relataram que certos nomes “sempre existiram”, embora não soubessem sua origem, o que indica que a memória social tende a preservar símbolos hegemônicos enquanto silencia outras narrativas. Assim,

os nomes religiosos tornam-se marcos de continuidade cultural, reforçando tradições e práticas associadas à fé cristã e à herança portuguesa.

Outro conjunto importante de resultados refere-se aos topônimos de origem colonial relacionados a famílias influentes, fazendeiros, autoridades administrativas ou elementos ligados à estruturação agrária do território. Sobrenomes de famílias tradicionais, designações de antigas fazendas e expressões históricas refletem a influência das elites locais na definição da paisagem toponímica. Esse aspecto dialoga com as reflexões de Oliveira (2009), que destaca como a organização do espaço rural brasileiro está profundamente vinculada às relações de poder e às estruturas socioeconômicas que moldaram o território ao longo do tempo. Assim, a toponímia reforça desigualdades históricas ao privilegiar determinados grupos sociais como referências oficiais da memória local.

Apesar da predominância da cultura dominante, o estudo identificou também um número significativo de topônimos naturais, relacionados a características ambientais da região, como rios, córregos, vegetação ou formas do relevo. Esses nomes, muitas vezes preservados pela população ao longo de gerações, revelam a importância da relação entre os moradores e o ambiente, funcionando como registros culturais da experiência cotidiana com a paisagem. Embora não representem necessariamente resistência explícita à cultura dominante, esses topônimos demonstram a capacidade da comunidade de conservar elementos significativos de seu mundo vivido, conforme apontado por Nora (1993) na concepção de “lugares de memória”.

Ainda que em menor quantidade, foram identificados topônimos de origem indígena, que constituem vestígios de povos originários que habitavam ou transitavam pela região antes da consolidação do município. Esses nomes são relevantes porque revelam uma camada da história local que frequentemente é apagada pelos discursos oficiais. A presença de topônimos indígenas indica que, apesar da forte imposição colonial, aspectos da cultura originária resistiram e permaneceram integrados ao território, ainda que de forma fragmentada. Esse fenômeno reforça a discussão de Hall (2006) sobre a pluralidade das identidades e a coexistência de memórias múltiplas em um mesmo espaço.

Um achado particularmente relevante diz respeito à identificação de topônimos híbridos, que combinam elementos religiosos, naturais, indígenas ou populares. Esses nomes revelam a existência de processos de hibridização cultural, conforme discutido por Bhabha (1998) e Canclini (2005). Em alguns casos, por exemplo, topônimos religiosos foram reinterpretados pela comunidade e associados a características ambientais ou a histórias locais, gerando ressignificações que se distanciam de sua origem oficial. Esses fenômenos mostram que a cultura não é estática, mas negociada continuamente, produzindo novas formas simbólicas a partir do encontro entre diferentes matrizes identitárias.

A análise interpretativa demonstrou ainda que a toponímia de Cachoeira de Goiás funciona como um verdadeiro campo de disputas simbólicas, no qual elementos coloniais e hegemônicos convivem com práticas de resistência cultural e memórias alternativas. O cruzamento entre fontes documentais e relatos orais revelou divergências interessantes: alguns nomes que aparecem de maneira formal nos registros oficiais possuem significados populares

distintos, reinterpretados pela comunidade ao longo do tempo. Essa discrepância evidencia que a toponímia não é apenas um produto da imposição institucional, mas também resultado da dinâmica sociocultural cotidiana, na qual os grupos resignificam seus espaços e constroem narrativas próprias.

Assim, os resultados indicam que a paisagem toponímica de Cachoeira de Goiás é marcada por uma forte influência da cultura dominante, mas também por elementos que testemunham a diversidade cultural e a permanência de identidades historicamente marginalizadas. A coexistência desses diferentes tipos de topônimos reafirma a ideia de que o território é um espaço simbólico plural, no qual memórias hegemônicas e subalternas se entrelaçam, formando uma rede complexa de significados que compõem a identidade local.

#### **4.1. Predominância da Cultura Dominante na Paisagem Toponímica**

A análise dos dados coletados revela que a presença da cultura dominante na toponímia de Cachoeira de Goiás é evidente e estrutural, manifestando-se de forma clara na predominância de nomes associados à tradição cristã e à herança colonial portuguesa. Essa prevalência confirma discussões realizadas por Santos (1996), segundo as quais a nomeação constitui um instrumento de poder simbólico utilizado para legitimar determinadas visões de mundo. Os topônimos religiosos — como referências a santos, invocações marianas e expressões ligadas a práticas católicas — têm papel central na composição da paisagem toponímica local, funcionando como marcadores que reforçam a narrativa cristã enquanto eixo organizador do espaço.

Esses nomes refletem não apenas a religiosidade do período colonial, mas também a influência institucional da Igreja Católica na construção de vilas, paróquias e rotas de circulação no interior do Brasil. Como destaca Halbwachs (1990), a memória coletiva tende a consolidar símbolos associados a grupos de maior prestígio social; assim, nomes religiosos adquiriram status de naturalidade e tradição, permanecendo mesmo após transformações políticas e sociais. Em entrevistas realizadas com moradores mais antigos, observou-se que muitos desses topônimos são vistos como “originais” ou “autênticos”, mesmo quando sua adoção, historicamente, esteve vinculada a imposições coloniais e eclesiásticas.

Além disso, os topônimos ligados a famílias influentes, autoridades administrativas e antigas propriedades rurais também revelam a forte presença da cultura dominante. Oliveira (2009) argumenta que a estrutura fundiária brasileira, marcada pela concentração de terras e pelo poder das elites locais, deixou registros profundos na forma como o território foi organizado e nomeado. Em Cachoeira de Goiás, nomes de fazendas, sobrenomes de famílias tradicionais e designações vinculadas à história agrária confirmam esse padrão. Esses nomes reforçam relações de poder estabelecidas historicamente, evidenciando como a toponímia pode atuar como elemento de reprodução social, mesmo quando as estruturas econômicas e políticas se modificam ao longo do tempo.

A predominância de nomes religiosos e coloniais também demonstra o fenômeno que Quijano (2005) denomina colonialidade do poder, no qual valores e referências europeias continuam sendo privilegiados mesmo após o fim da colonização formal. Nesse sentido, a toponímia não apenas registra a história do município,

mas também perpetua hierarquias simbólicas que influenciam a forma como o território é percebido e vivido. A cristalização desses nomes dificulta a visibilidade de outras matrizes culturais, especialmente as indígenas e populares, que permanecem em posição de subalternidade no imaginário coletivo.

Contudo, a análise revelou que essa hegemonia não ocorre de maneira absoluta ou incontestada. Topônimos naturais e alguns nomes de origem indígena resistem como marcas de outras formas de territorialidade, mesmo que em menor número. Bhabha (1998) afirma que onde há hegemonia, há também possibilidades de fissura e resistência; na toponímia, isso se manifesta na permanência de elementos que escapam à lógica dominante e indicam práticas culturais mais antigas ou alternativas. Ainda assim, a presença reduzida desses nomes ressalta a força da cultura dominante na configuração toponímica de Cachoeira de Goiás.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo permitiu compreender que a toponímia de Cachoeira de Goiás constitui um importante patrimônio simbólico capaz de revelar as dinâmicas culturais, históricas e identitárias que moldaram o município ao longo do tempo. A análise dos dados demonstrou que a paisagem toponímica local é fortemente marcada pela presença da cultura dominante, sobretudo aquela derivada da colonização portuguesa e da hegemonia da religiosidade cristã. Essa constatação reforça a perspectiva de Santos (1996), que entende a nomeação dos espaços como um ato político e ideológico de apropriação territorial, capaz de impor sentidos e consolidar valores que privilegiam grupos específicos em detrimento de outros.

Ao mesmo tempo, o estudo evidenciou que a toponímia não é um registro estático nem unidimensional. Embora muitos dos nomes analisados expressem diretamente a influência colonial e religiosa, observa-se também a existência de memórias alternativas preservadas nos topônimos naturais, populares e indígenas. Esses nomes funcionam como vestígios de narrativas que resistiram ao apagamento e que permanecem integradas ao cotidiano da população, mesmo quando não aparecem de maneira oficial nos registros institucionais. Essa coexistência de camadas de memória confirma as discussões de Halbwachs (1990) ao demonstrar que a memória coletiva se constrói a partir de múltiplos grupos e experiências compartilhadas, ainda que algumas narrativas se tornem mais visíveis que outras.

A identificação de topônimos híbridos foi outro achado relevante que evidenciou a complexidade das identidades culturais locais. Esses nomes, que mesclam elementos de diferentes origens — religiosos, naturais, indígenas ou populares — revelam processos de transculturalidade e hibridismo, conforme discutido por Bhabha (1998) e Canclini (2005). O hibridismo presente na toponímia mostra que a cultura não se limita a reproduzir o passado colonial ou a resistência indígena, mas se reinventa constantemente, gerando novos significados e formas de expressão que refletem a pluralidade social do município.

Outro aspecto importante observado na análise é que alguns nomes oficiais e registrativos foram reinterpretados pela comunidade ao longo do tempo, adquirindo sentidos novos e por vezes distantes de sua origem histórica. Esse fenômeno reforça a ideia de que os topônimos são construídos e reconstruídos continuamente, tanto pelas instituições quanto pelos sujeitos que habitam e experienciam

o território. Assim, a toponímia se apresenta como um campo de disputas simbólicas no qual diferentes grupos sociais tentam afirmar suas versões da história, suas memórias e sua identidade. O território, nesse sentido, torna-se um espaço vivo e em permanente negociação.

Dessa forma, as considerações finais apontam que compreender a toponímia de Cachoeira de Goiás é compreender também o processo de formação identitária do município, marcado por tensões, permanências e ressignificações culturais. Os resultados obtidos mostram que os nomes de lugares são mais do que simples designações: constituem elementos fundamentais da memória coletiva, mecanismos de preservação cultural e, ao mesmo tempo, instrumentos de poder que revelam quem teve — ou ainda tem — voz na construção da história local.

Por fim, destaca-se que a valorização e o estudo da toponímia desempenham um papel essencial na preservação do patrimônio cultural imaterial, especialmente em municípios de pequeno porte, onde muitas histórias permanecem preservadas principalmente na tradição oral. Recomenda-se que futuras pesquisas ampliem o levantamento toponímico, incluindo análises históricas mais detalhadas, estudos comparativos com municípios vizinhos e abordagens participativas envolvendo escolas e comunidades. Tais iniciativas podem contribuir para o fortalecimento da identidade local e para a conscientização sobre a importância das memórias nomeadas na construção do território.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana L. de Lima Reis e Gláucia R. Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Tradução de Heloísa P. Cintrão e Ana R. Lessa. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2005.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Toponímia e antroponímia: estudo linguístico*. São Paulo: Ática, 1990.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MIGNOLO, Walter. *A ideia de América Latina*. Tradução de Marco A. Faria. São Paulo: UNESP, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7–28, 1993.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *O espaço e o poder: reflexões sobre a geografia e o colonialismo*. São Paulo: Contexto, 2009.

ORTIZ, Renato. *Outro território: ensaios sobre a mundialização*. São Paulo: Olho d'Água, 1996.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *Revista Internacional de Ciências Sociais*, n. 170, p. 533–580, 2005.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria do Carmo A. D. de Almeida. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

UNESCO. *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*. Paris: UNESCO, 2003.

---

Trabalho final apresentado como exigência do curso de pós-graduação *lato sensu* Linguagens e Práticas de Ensino, da Universidade Estadual de Goiás/Câmpus Morrinhos,